

Um em cada quatro brasileiros vive com menos de R\$ 406 por mês[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Ailton Souza Pereira trabalha com reciclagem. Em alguns meses, ganha R\$ 1 mil em outras, R\$ 400 (foto: Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press) A grave crise que se iniciou no governo Dilma e, até agora, ainda não foi totalmente superada, levou ao aumento da pobreza no país. Levantamento feito pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que um em cada quatro brasileiros está abaixo da linha da pobreza. Entre 2016 e 2017, o número de pessoas vivendo com rendimento familiar, por pessoa, de até R\$ 406 por mês, no Brasil, saltou de 52,8 milhões para 54,8 milhões. Houve aumento também no contingente que vive em extrema pobreza, com menos de R\$ 7 por dia, que atingiu 15,2 milhões de pessoas. As regiões Nordeste e Norte concentravam os maiores percentuais da população em situação de pobreza, 44,8% (25,5 milhões) e 43,1% (7,5 milhões), respectivamente. Nos três estados do Sul, 12,8% da população — quase 30 milhões — estavam nessa situação em 2017. O Sudeste tinha 15,1 milhões de pessoas (17,4%) vivendo com menos de R\$ 406; e o Centro-Oeste, 2,6 milhões (16,9%). O Maranhão apresentou a maior proporção de pobres do país. A pobreza atingia mais da metade da população, 54,1%, no ano passado. Em Alagoas, chegava perto: 48,9%. As capitais Porto Velho e Cuiabá foram as únicas onde o percentual de pessoas em situação de pobreza superava os índices estaduais. Em Porto Velho era de 27% ante 26,1% de Rondônia; e em Cuiabá, de 19,2% contra 17,1% de Mato Grosso. Em 2017, segundo o Índice de Palma citado na pesquisa, o Distrito Federal foi a unidade da federação mais desigual, onde os 40% das pessoas com os menores rendimentos acumularam 8,4% da massa e os 10% com os maiores rendimentos detinham 46,5%. A razão entre esses dois valores chegou a 5,57 no DF, e superou as outras 26 unidades da Federação. Nascido em Brasília, o profissional de reciclagem, Ailton Souza Pereira, 51 anos, conta que em um bom momento, trabalhava com restauração de móveis. Com a crise, precisou mudar de atividade e, hoje, passa dificuldades. “É instável. A gente nunca sabe quanto vai ganhar. Tem meses que eu consigo tirar R\$ 1 mil; em outros períodos, só tiro R\$ 400”, contou. Morador do Sol Nascente, ele explica que o lucro com o trabalho dá para comprar apenas o necessário para dentro de casa. “Moramos eu, minha esposa e dois filhos. Só eu trabalho aqui em casa. Então, não posso dizer que dá para viver bem, porque a gente consegue apenas sobreviver. Apesar de faltarem algumas coisas, arroz, feijão, água, luz e gás sempre dá para ter em casa. Mas carne e outras misturas, com frequência não têm”, acrescentou. O analista de pesquisas do IBGE, Leonardo Athias, afirmou que a degradação do mercado de trabalho e o aumento da taxa de desocupação são fatores que contribuíram para a realidade de carência e privação. “O PIB cresceu, mas foi puxado pelo agronegócio. O corte de programas sociais, em 2017, também foi responsável por atingir ainda mais a população. Quem era pobre ficou ainda mais pobre. A linha de corte da pobreza também aumentou”. Athias ressalta que políticas voltadas para o mercado de trabalho ou ainda a aceleração em programas de transferência de renda podem ajudar a solucionar a questão. “Para erradicar a pobreza, seria necessário investir R\$ 10,2 bilhões por mês na economia, ou garantir R\$ 187 a mais, por mês, a cada pessoa nessa situação. Aumentar a formalização do trabalho também auxiliará as pessoas a saírem dessa situação”, avalia. Melhora no país Para o economista da Fundação Getulio Vargas (FGV) Marcelo Neri, o cálculo de R\$ 10,2 bilhões mensais para tirar o país da pobreza é muito alto, e não se encaixa na situação fiscal do país atualmente. “Assumir que as pessoas que recebem R\$ 406 estão na linha da pobreza e querer solucionar a situação por meio de políticas sociais é suicídio econômico e só vai causar um desequilíbrio fiscal”, explica. Ele defende a melhoria da condição do país e para que o mercado de trabalho seja mais inclusivo. Na opinião de Neri, é necessário reformular o cálculo que caracteriza a população pobre no país. “Acredito que, atualmente, a

nossa linha da pobreza deveria ser caracterizada por pessoas que recebem por mês em torno de R\$ 224. Dessa forma, o custo de programas sociais cairiam em um quarto. Como estamos hoje, não dá para abranger ações sociais para os que ganham R\$ 406 por mês.” O economista observa que se o Brasil tiver crescimento médio de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de pobreza só voltará ao patamar de 2014, em 2030. “É importante que o país volte a crescer. Evitar que a pobreza piore se confunde com a agenda macroeconômica de ajuste fiscal e ganho de produtividade”, ressaltou.